

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 26 / 07 / 96
cod MKD00025

**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
REGIONAL LESTE**

RUA EURITA, 516 - SANTA TEREZA - 31010-210 - BELO HORIZONTE-MG/BRASIL
TEL/FAX: (031) 461-2499 - CGC: 00.479.105/0001-75

Belo Horizonte, 13 de novembro de 1995

**CAMPANHA INTERNACIONAL PELA
REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MAXAKALI**

Prezados Senhores,

A abertura da Campanha Internacional Pela Regularização do Território Maxakali ocorreu no dia 24 de outubro, no Brasil. O seu objetivo é assegurar a conclusão do procedimento de regularização da área pertencente a esse povo indígena, iniciado em 1992, quando foi elaborado o Laudo Antropológico Maxakali. Nele estão reunidas informações que comprovam a posse imemorial dos Maxakali sobre a área intermediária entre as duas glebas em que vivem, e que se encontra invadida por fazendeiros.

Em 1993, com base nestas informações, o Governo Federal determinou a demarcação do Território Maxakali, reconhecendo a posse dos índios sobre as terras invadidas. Depois da demarcação, a área foi abandonada pelas autoridades competentes e o procedimento de regularização não foi concluído, ficando pendentes a homologação pelo Presidente da República e o registro no Departamento de Patrimônio da União -DPU. Somente depois de cumpridas essas etapas será possível a retirada dos invasores.

Para tanto, é necessário que as entidades internacionais, nacionais e ativistas ligados à defesa dos direitos humanos e dos povos indígenas se manifestem, pressionando o governo brasileiro para que cumpra os direitos constitucionais do povo Maxakali. Nesse sentido, seguem algumas informações que poderão orientar o trabalho das entidades na realização da campanha:

1. A campanha busca informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública em torno da defesa dos direitos desse povo. Para tanto, estão sendo utilizados um dossiê contendo informações sobre o povo Maxakali, cartaz, folder e abaixo-assinado dirigido ao Governo Federal. Um livro, em lâminas, contendo fotos desse povo, foi reeditado. Estamos enviando, em anexo, exemplares desse material;

2. Durante o desenvolvimento da campanha, estaremos percorrendo diversas cidades com uma exposição de fotos, artesanato e objetos de uso cotidiano desse povo;

3. O vídeo "Maxakali -O Povo do Canto" é exibido como suporte das atividades de campanha. Realizado em betacam, este trabalho vem sendo premiado em diversas mostras competitivas. Dispomos de cópias nos formatos VHS e U-MATIC, com legendas em inglês, espanhol e português;

4. As assinaturas recolhidas serão entregues às autoridades competentes em abril de 1996. Na ocasião, pretendemos reunir os representantes das entidades brasileiras e internacionais que participam da campanha;

5. A sustentação financeira dessa campanha se dá através de contribuições das entidades internacionais e nacionais, de parlamentares, de sindicatos e de pessoas interessadas na questão. Qualquer contribuição pode ser enviada para a coordenação da campanha, devendo ser feito um contato anterior com as entidades realizadoras;

6. A coordenação da campanha possui um acervo de aproximadamente 200 fotos. Esse material está à disposição dos interessados, sendo cobrado apenas o custo das ampliações;

7. Recortes de jornais e uma matéria sobre os Maxakali a ser publicada pelo "Porantim", veículo impresso do CIMI-Nacional, estão sendo enviadas em anexo;

8. Sugerimos que uma síntese e a tradução desse material sejam realizadas como forma de desenvolver a campanha nos países participantes;

9. Finalmente, pedimos que os interessados no desenvolvimento da campanha entrem em contato, urgentemente, com a coordenação da mesma, para que possamos entrar em entendimento sobre o seu desenvolvimento. Os contatos podem ser feitos com o escritório do CIMI-Leste.

Cordialmente,

Luiz Lôbo -Coordenador do CIMI-Leste

Marcus Vinícius da Silva -Coordenador da Campanha Maxakali

Obs.: Favor reproduzirem as folhas de Abaixo-Assinado e, após preenchidas, enviarem ao CIMI/Leste, até 15 de março de 1996.

CAMPANHA INTERNACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MAXAKALI

(Informe nº 001)

Lançada no dia 24 de outubro, a Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali entra em sua fase definitiva. Diversos setores organizados da sociedade civil e várias entidades já manifestaram apoio e adesão às atividades que estão sendo desenvolvidas.

Assinaturas exigindo a regularização da área estão sendo recolhidas na Áustria, Alemanha, Holanda, Itália, Canadá e Brasil. Já tem, no momento, aproximadamente dezessete mil assinaturas. Esse abaixo-assinado será entregue ao Governo Federal e Estadual em abril de 1996. Na oportunidade serão convidados observadores da comunidade internacional e das entidades participantes.

Do ponto de vista jurídico estão sendo tomadas algumas iniciativas. O Ministério Público Federal em Minas Gerais, estuda a possibilidade de ingressar com uma ação de reintegração de Posse. As perspectivas são de resolução da flagrante agressão aos direitos constitucionais do povo Maxakali. Os Procuradores da República farão uma visita a área em 10 de janeiro de 96.

No dia 10 de novembro ocorreu uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, convocada pelas Comissões de Meio Ambiente e de Direitos e Garantias Fundamentais, na área Maxakali. Lá, os parlamentares puderam constatar o estado de penúria, miséria e violência a que está submetido esse povo. Existe grande expectativa de que o Legislativo Mineiro se empenhe, em conjunto, na resolução desses graves problemas.

As informações levantadas e sistematizadas no Dossiê Maxakali encontraram repercussão na sociedade. Tanto a mídia impressa quanto a eletrônica têm coberto sistematicamente as atividades desenvolvidas no âmbito da campanha. No momento é necessário que todos se empenhem em conquistar novas adesões para essa luta, aumentando o poder de pressão sobre o Governo Federal, obrigando-o a concluir imediatamente a regularização do território Maxakali, e a promover a retirada dos invasores que lá se encontram.

Finalmente, nos dias 2 e 3 de dezembro foi realizado, na cidade de Machacalis, um seminário para discutir a problemática Maxakali e o seu impacto na região. Participaram parlamentares, entidades sindicais, a Diocese local, pastorais, autoridades e professores. Uma das prioridades desse seminário foi informar e sensibilizar as populações locais sobre a luta que o povo Maxakali desenvolve pelo respeito aos seus direitos, inclusive a uma vida em paz e com dignidade. Como encaminhamento do seminário, ficou definido a visita de representantes da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Minorias da Câmara Federal, a área Maxakali. A mesma ocorrerá nos dias 27, 28 e 29 de janeiro/96. Na oportunidade será convidado o Presidente da FUNAI, Sr. Marcio Santilli.

COORDENAÇÃO DA CAMPANHA
DEZEMBRO DE 1995

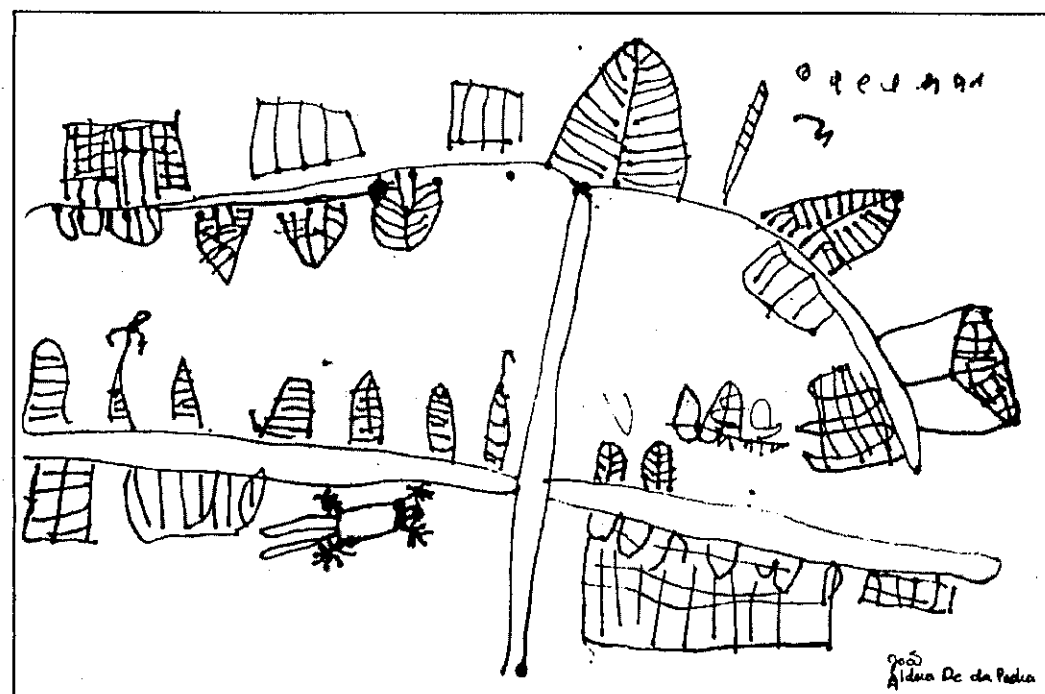
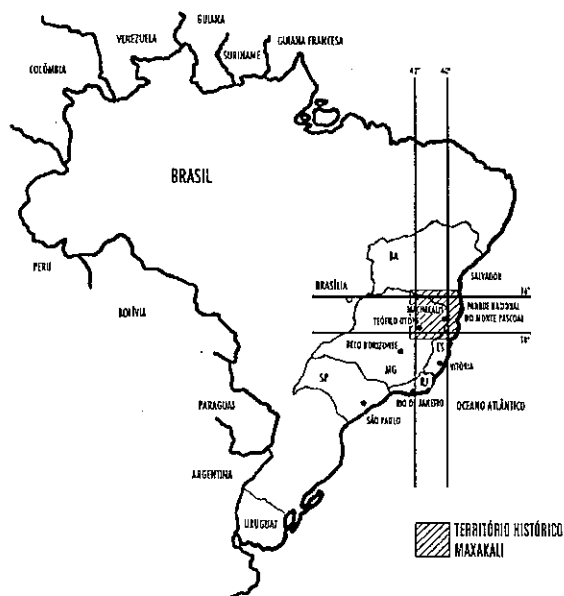
A Campanha Internacional Pela Regularização do Território Maxakali busca assegurar a esse povo o direito à parte das terras que imemorialmente ocupou. Aos Maxakali, seminômades, caçadores e coletores, restou pouco de seu vasto território inicial, compreendido entre os vales do Mucuri e Jequitinhonha, a cidade de Araçuaí e o litoral da Bahia. Atualmente, 710 índios vivem em duas glebas, Água Boa e Pradinho, separadas por uma faixa intermediária de terra que se encontra invadida.

Em 1993, através da Portaria nº 317, o Ministério da Justiça determinou a demarcação do território. A posse dos Maxakali sobre a área ocupada foi reconhecida após minucioso trabalho de identificação. Apesar disso, passados dois anos, o Governo Federal não concluiu a regularização da área que continua invadida por fazendeiros.

Para os Maxakali, que falam língua própria e mantêm vivas suas tradições culturais, a permanência dessa situação coloca em risco a sua existência enquanto povo. Os conflitos em torno da posse da terra permitiram que inúmeras violências fossem cometidas e permanecessem impunes. O próprio Poder Público muitas vezes foi o sujeito dessas agressões.

A construção da cidadania é o grande desafio colocado para o conjunto da sociedade brasileira nesse momento, em que se aprofundam as relações de exclusão e marginalização em nosso país. A garantia do cumprimento dos direitos dos povos indígenas é condição para a realização da democracia no Brasil, permitindo o respeito às diferentes matrizes culturais e reconhecendo à diversidade importância na construção da identidade étnica do povo brasileiro.

Para que o Governo Federal conclua a regularização do território Maxakali é necessário que a sociedade não se omita, manifestando seu apoio a essa luta legítima de um povo que muito nos tem a ensinar. A campanha consiste em informar a sociedade sobre a questão, e em sensibilizar os seus diversos setores organizados para que pressionem as autoridades competentes a cumprirem o que determina a Constituição Federal, no tocante aos direitos indígenas.



CAMPANHA INTERNACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MAXAKALI

destaque aqui

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Gostaríamos de chamar a atenção de V. Ex.^a para a situação ameaçadora na qual se encontra o Povo Maxakali no distrito de Bertópolis, Estado de Minas Gerais. O uso do território intermediário entre as áreas indígenas de Pradinho e Água Boa por fazendeiros - apesar da legislação contrária - impossibilita a sobrevivência econômica e cultural dos Maxakali, provocando conflitos graves e violentos entre fazendeiros e indígenas.

Senhor Ministro, solicitamos encarecidamente a continuação do processo de regularização, com o fim de entregar o território intermediário entre as áreas indígenas de Pradinho e Água Boa rapidamente ao uso exclusivo do Povo Maxakali. Esperamos que os direitos indígenas, constantes da Carta Magna do Brasil, sejam observados e respeitados.

Atenciosamente,

NOME: _____

DOCUMENTO: _____

OBS: Após preenchimento remeter ao Conselho Indigenista Missionário - CIVIL-LESTE - Rua Eurita, 516
Santa Tereza - Belo Horizonte - MG - Fone/Fax: (031) 431.2499 - CEP: 31070-210

CAMPANHA
INTERNACIONAL PELA
REGULARIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO MAXAKALI

REALIZAÇÃO: POVO MAXAKALI
CIMI-LESTE
CEDEFES
DKA - ÁUSTRIA

APOIO:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
BELOTUR
CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
CESE
DKA - AUSTRIA
PARLAMENTARES MINEIROS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - BH
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE MINAS
GERAIS

Conselho Indigenista Missionário -
Regional Leste

CIMI-LESTE
Rua Eurita, 516
Santa Tereza
Belo Horizonte - MG
Fone/Fax: (031) 461.2499

CEP: 31010-210

